

7 Conclusão

“Os olhos dos outros são prisões;
seus pensamentos nossas celas.”

Virginia Woolf

O objetivo da presente tese foi, em termos mais amplos, propor uma análise mais sofisticada das atividades de operações de paz promovidas no período contemporâneo, ao enfatizar a dimensão socialmente construída da segurança. Em outras palavras, a leitura elaborada ao longo do trabalho buscou colocar em relevo a importância dos fatores sociais, culturais e contextuais que encorajaram determinados atores a conferir determinados significados à segurança e às emoções.

Em termos teóricos, observamos, assim, os diversos significados que foram atribuídos ao conceito de segurança e às emoções ao longo do tempo, buscando perceber o que esses significados alcançaram em termos de comunicação em seus respectivos contextos, ou seja, investigamos o papel que esses significados exerceram nos discursos políticos, em termos de justificativas para a ação política. O resgate desses múltiplos significados se fez importante na medida em que eles nos ajudaram a demonstrar que os entendimentos predominantes de segurança e das emoções decorrem de um processo de construção social altamente específico – o ocidental- e igualmente enraizado em uma metafísica específica ocidental.

Como observamos no capítulo 2, a metafísica ocidental construiu o significado de segurança com base no Estado e em um determinado entendimento de poder e violência que trouxeram limitações para os estudos da área e para o entendimento de segurança as quais só passaram a ser mais severamente questionadas a partir da década de oitenta. Na década de 90, contudo, esses questionamentos se intensificaram com o surgimento de diversos debates que enriqueceram significativamente os estudos da área justamente por se disporem a apresentar novas concepções de segurança e a criticar o paradigma neo-realista até então prevalecente. A tentativa de ampliação do conceito de segurança e de seu campo de estudos se deu, assim, a partir da convicção de que o foco neo-realista na proteção dos valores centrais ao Estado não era a única forma de se entender o

que deveria ser protegido, como deveria ser protegido e que ameaças deveriam ser consideradas.

Nesse contexto, retomamos o importante ponto de partida comum aos autores que se encaixam nos estudos críticos de segurança - quer em sentido mais amplo, desenvolvido por Krause e Williams, que em sentido mais estrito, como elaborado por Ken Booth -, e que acatam como ponto de referência a observação de Robert Cox de que “theory is always for someone and for some purpose. All theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, specially social and political time and space.” (1981, p.129) Em última instância, os críticos do paradigma neo-realista buscaram rechaçar a crença das leituras tradicionais sobre a possibilidade de fundamentar os estudos de segurança em uma representação objetiva da realidade, tomando as ações dos Estados como algo dado ou naturalizado. Em outras palavras, para esses autores – assim como também para nós - é impossível conferir ao conceito de segurança um significado neutro, pois qualquer significado atribuído ao conceito depende e ao mesmo tempo sustenta uma determinada visão da política, uma vez que todas as definições dependem da teoria, e todas as definições refletem compromissos normativos.

Em termos teóricos, esse foi o ponto de partida geral selecionado para as análises desenvolvidas na presente tese, as quais tiveram, no que concerne ao debate de segurança, ao menos três propósitos específicos: apontar as inovações e interconexões entre a Teoria da Securitização e a Sociologia Política Internacional, enfatizar o debate e a prática política em torno da idéia de segurança humana no momento contemporâneo e suprir de algum modo a demanda de produção de leituras críticas dentro dos estudos de operações de paz, tão marcados por teorias do tipo *problem – solving*.

No que tange à análise das operações de construção da paz, o propósito foi, assim, fugir de preocupações teóricas que se prendem à provisão de aconselhamento e recomendações aos tomadores de decisão em operações de paz – as quais estão calcadas em premissas normativas implícitas e visões objetivistas- para questionar mais atentamente as preferências ideológicas dos atores interventores e observar de que modo suas práticas ajudam a reproduzir estruturas sociais que normalizam comportamentos, definem padrões de governança, controlam as emoções e as quais, ao final, acabam gerando o resultado

contraditório da insegurança. Como bem pontuou Robert Cox, a proposição de uma teoria crítica é crítica no sentido de que ela observa a ordem prevalecente do mundo e se pergunta como essa ordem surgiu, procurando analisar como as instituições se constituíram e como elas se desenvolvem em suas relações de poder, sem tomar essas relações como fixas, mas como práticas intersubjetivas em constante mudança.

Com esse objetivo em mente, demonstramos os ganhos analíticos que as proposições sobre securitização nos permitem ao analisar as operações de paz e, mais especificamente os discursos e práticas da Organização das Nações Unidas e da Organização Mundial da Saúde, no que concerne à saúde mental dos indivíduos em operações de construção da paz no pós-conflito. Em termos mais amplos, a presente tese responde às críticas sofridas pelos construtivistas de aplicação teórica uma vez que demonstra mais explicitamente em um objeto específico como significados de (in)segurança são construídos. Quanto à teoria da securitização, ela nos permitiu tratar a segurança como resultado de um processo social específico decorrente de um *speech act* e, com isso, enfatizar o papel da linguagem como resultado das necessidades e intenções dos agentes, desenvolvidas socialmente. Nos termos de Nicholas Onuf, a linguagem possui um caráter representacional que permite o encontro entre o sujeito e a sociedade no qual nem a fala nem o ato são priorizados, ou seja, são concomitantes e mutuamente constituídos.

Quanto à segurança, buscamos a referência de Ole Wæver ao aplicar as proposições construtivistas sobre a linguagem para observar que a segurança é uma agência manifestada lingüisticamente e, portanto, nenhuma questão é essencialmente um problema de segurança. Por isso, ela é uma afirmação que, em si, é um ato. Ou seja, “it is by labelling something a security issue that it becomes one.” (Wæver, 2004, p.9) No entanto, observamos que ao entender a segurança como uma construção social e intersubjetiva, a teoria da securitização da Escola de Copenhague – a qual Wæver se associa - simultaneamente amplia e limita a agenda de segurança. Ao tratá-la como um ato de fala a Escola permite que haja uma ampliação da agenda de segurança de forma quase indefinida, pois não só o leque de ameaças possíveis se expande como também o dos atores e objetos referentes. Por outro lado, para a EC segurança não é qualquer ato de fala, mas um formato específico que define um determinado tema como uma ameaça

existencial. O discurso de segurança, assim, dramatiza um tema ao apresentá-lo como uma prioridade suprema o que permitiria ao agente justificar a necessidade de uso de medidas extraordinárias para garantir a sobrevivência do referente. Além disso, o processo de securitização possui uma estrutura específica que, na prática, limita a natureza teórica ilimitada da segurança. E essas restrições são: 1. identificação de ameaças existenciais; 2. ação emergencial e 3. efeitos nas relações entre as unidades com a quebra de regras. Esses primeiros passos caracterizariam, assim, um movimento securitizante que, em teoria, poderia estar ao alcance de qualquer ator desde que o mesmo conseguisse convencer uma audiência de sua necessidade legítima de transcender as limitações das regras e regulamentos normais para o uso de medidas emergenciais. Na prática, no entanto, a securitização estaria longe de ser acessível a todos os atores porque estaria amplamente baseada em poder e na capacidade do ator para construir social e politicamente uma ameaça. Waever mesmo observa que “security is articulated only from a specific place, in an institutional voice, by ‘elites’” (1995, p.57)

Dentro desse contexto, procuramos demonstrar que os discursos da ONU e da OMS sobre o trauma são um movimento de securitização promovido em decorrência de motivações específicas: no caso da ONU, a preocupação é garantir relações cooperativas entre os indivíduos sobreviventes aos conflitos de modo que a paz auto-sustentada que ela visa implementar não seja comprometida com a retomada de animosidades por conta de ódios não diluídos. No caso da OMS, há um claro interesse da organização de reafirmação do seu papel como o principal ator articulador de políticas sobre saúde no mundo e as atuações em atividades humanitárias são uma das formas vislumbradas pela organização como capazes de promover o resultado por ela buscado. No que concerne à questão da saúde mental, como observamos, ambas as organizações contam também com a colaboração de inúmeras agências e organizações não governamentais - além de atores privados – as quais ajudam a reforçar a idéia de ‘saúde positiva’ que em muitos aspectos medicaliza\ normaliza o estado psicológico das populações sobreviventes de modo a estabelecer padrões de comportamento que atendam à concepção ocidental de civilidade e exercício de boa governança.

Por outro lado, buscamos tratar as limitações das proposições da teoria de securitização da Escola de Copenhagen com suporte na Sociologia Política Internacional representada pela Escola de Paris. Essa complementariedade se fez mais especificamente em razão de nossa necessidade de analisar de forma mais abrangente o processo de (in)securitização de questões que envolvem os indivíduos como objetos referentes – i.e, a saúde psicológica e o trauma - , e que nos remetem à análise dos mecanismos e aparatos de controle social desenvolvidos por Estados e organizações internacionais sob a alegação de promoção de segurança, mas que, ao final, acabam gerando o efeito oposto.

Nesse sentido, o suporte da “Escola de Paris” foi importante porque sua investigação de processos de securitização se faz possível dentro de um enquadramento construtivista que não se exime em tratar os indivíduos como nível de análise e se dispõe a buscar uma maior interdisciplinariedade com a sociologia, a antropologia e a psicologia, por exemplo, para uma compreensão mais abrangente de processos de (in)securitização. Ainda, os autores – ao trabalharem dentro de uma perspectiva da sociologia política internacional – procuram analisar mais do que o *speech act*, se dispondo também a observar as práticas que reforçam a produção da (in)segurança. Como aponta Didier Bigo, a segurança e a insegurança são resultados de um processo de securitização, ou mais exatamente de um processo de (in) securitização. Essa terminologia é utilizada para demonstrar que o resultado do processo não pode ser entendido apenas a partir da vontade de um ator, mesmo que ele seja dominante. Os atores nunca sabem os resultados finais de seus movimentos ou discursos, na medida em que o resultado depende dos efeitos que promovem nos demais atores engajados nas competições pela definição sobre a segurança de quem é a mais importante, e da aceitação das diferentes audiências dessa definição.(2008)

Com essas proposições em mente, abrimos o leque de análise para entender como o movimento de (in)securitização da saúde psicológica dos indivíduos em processos de construção da paz se desenvolve, considerando os múltiplos atores que integram esse movimento de discursos e práticas voltados para a medicalização do trauma e das emoções. De forma consciente, contudo, tratamos nossa proposta de análise como uma investigação sobre *um movimento de securitização* por priorizarmos em nossas análises os discursos das organizações internacionais e não enveredarmos no processo de observação sobre o acatamento

da audiência que é alvo desses discursos e práticas. Essa escolha, no entanto, se deveu ao fato de que de esses discursos e práticas – sobretudo no que se refere ao tema da saúde psicológica dos indivíduos - serem muito pouco discutidos a partir de uma abordagem crítica de segurança. Em oportunidade futura, no entanto, buscaremos continuar nossas pesquisas de modo a poder também avaliar o acatamento da audiência e o conteúdo das vozes silenciadas

Em termos gerais, assim, procuramos enfatizar os discursos da ONU sobre operações de construção da paz nos quais a organização toma a reconciliação social como objetivo e o trauma como ameaça\risco. A definição do trauma como risco à sustentabilidade da paz que a ONU busca construir em ambientes de pós conflito étnico e religioso é construída de modo a reforçar uma situação de emergência que se constitui em um momento de exceção no qual se desenvolvem redes transnacionais de burocracias e agentes privados que atuam na administração da (in)segurança. No caso da saúde, apontamos que o movimento de securitização se processa via medicalização, uma forma específica de caracterização de determinados problemas em termos médicos, descrito em linguagem médica e tratado via intervenções médicas. Em outras palavras, através desse processo, problemas que afetam as pessoas em seu cotidiano passam a ser caracterizados por determinados agentes como uma doença ou patologia. Um dos primeiros alvos dessa caracterização foram os comportamentos ‘desviantes’ dentre os quais está o trauma.

Nesse contexto, enfocamos a ONU e a OMS como estruturas burocráticas produtoras de discursos e práticas de medicalização das emoções na medida em que se utilizam dos recursos discursivos da classificação e fixação de significados para ao mesmo tempo categorizar o trauma como um risco à boa governança e justificar suas funções enquanto atores responsáveis pelo controle do risco ou administradores do desconforto, reforçando seu poder enquanto ator normalizador. A idéia de normalização aqui perpassa as reflexões de Michael Foucault sobre o que ele chama de biopolítica e que se traduz pelo entendimento da possibilidade de existência de um poder disciplinador e normalizador que desenvolve políticas voltadas para a administração da vida dos indivíduos. Desse modo, observamos que a ONU e a OMS tomam para si esse poder (o biopoder) que é exercido sobre o corpo e a mente dos indivíduos e que se encontra

disseminado no tecido institucional da sociedade através de uma cultura terapêutica.

Ao longo da tese observamos como dentre as sociedades ocidentais tem havido uma forte tendência ao desenvolvimento de uma cultura terapêutica a qual tem servido de substrato para o entendimento de que as emoções dos indivíduos precisam ser administradas para a garantia de ordem social. Nesse sentido, observamos também como a medicina serviu de substrato ao longo de sua existência para a promoção da ordem social e para a ‘administração’ de comportamentos interpretados como desviantes, bem como analisamos como o desenvolvimento da psicologia se deu de modo a também tratar problemas emocionais como doenças, ainda que relacionadas à mente.

Ainda, observamos como essa cultura terapêutica tem se desenvolvido nas sociedades ocidentais em meio à interação entre sociedade e lideranças políticas, refletindo as ansiedades das sociedades ao mesmo tempo em que atua de forma a validar as preocupações de controle social das emoções por parte dessas lideranças. Assim, embora ela se proponha a oferecer suporte para que os indivíduos superem suas ansiedades e medos, os modos medicalizados pelos quais ela se processa acabam reforçando resultados controversos, uma vez que interpretam o trauma como doença e as emoções como riscos invisíveis à saúde e ao bem estar psicológico dos indivíduos.

Por fim, essas proposições todas nos forneceram importantes recursos para analisar a segurança como um ‘espaço’ de negociação e contestação no qual os atores competem para definir os valores e comportamentos de determinados grupos de modo a construir as bases de suas ações políticas. Por outro lado, mais do que questionar a idéia de que ‘espaços humanitários’ estão isentos de ações políticas, a proposta da presente tese foi apontar uma interessante seara de estudos em segurança internacional que concerne ao papel das emoções e da cultura nos discursos e nas novas dinâmicas políticas internacionais.